

**QUESTÕES DE RELIGIÃO E POLÍTICA: ABORDAGENS SOBRE A
DOCUMENTAÇÃO PRESENTE NA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA NA
PARAÍBA IMPERIAL**

Glaucos Ranniere S. PONTES

Orientadora: Prof.^a Ms. Naiara Ferraz B. ALVES

Universidade Estadual da Paraíba

glaucos@yahoo.com.br

naiara.clio@gmail.com

Nosso trabalho tem por objetivo apresentar algumas questões referentes às relações culturais e político-administrativas, existentes entre a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, e as práticas políticas da elite dessa província, durante o século XIX. Para tanto, pretendemos examinar as atividades desempenhadas por esta irmandade e as atitudes de seus patronos, que, em geral, encontravam-se ocupando cargos administrativos na província.

Pretendemos compreender as diferentes formas que o século XIX tinha de se relacionar com o público e o privado, através da documentação levantada pelo mapeamento documental realizado durante o segundo semestre de 2009, por alunos do curso de Arquivologia da UEPB. Esta colaboração com a utilização de princípios arquivísticos, tal qual descritos por Belloto (2005), como a preservação e a higienização dos documentos, possibilita o tratamento das informações contidas nos documentos, viabilizando, assim, a consulta, a pesquisa e a interpretação dos documentos pertinentes ao trabalho. Foram selecionados documentos das atividades-meio e fim, entre eles: relatórios de provedores, atas de reuniões, registros contábeis relacionados às atividades financeiras da Santa Casa,

como por exemplo, o aluguel de prédios comerciais e residenciais, livros de tombos e livros de registro de ofícios, com a cópia dos documentos expedidos e recebidos.

Nossas pesquisas estão, portanto, iniciando-se, mas o que nos traz mais preocupação é o estado da documentação presente na Santa Casa, por isso, a relevância da atuação dos alunos de arquivologia na tentativa, ao menos, de garantir um melhor acondicionamento para a grande quantidade de massa documental, presente nesta instituição.

Elaboramos um gráfico que irá traduzir o levantamento dos documentos, de acordo, aproximadamente, com o ano de sua produção, isto resultará em uma leitura precisa do mapeamento dos documentos encontrados na Santa Casa da Misericórdia:

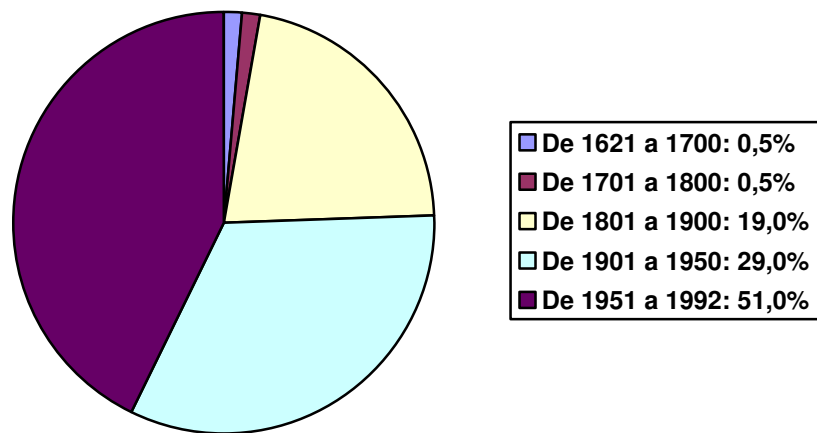


Gráfico: Reflete a percentagem dos documentos e suas respectivas épocas.

Estes documentos tratam das atividades correntes da Igreja, Hospital e Financeiras da Santa Casa de Misericórdia. Segundo os dados levantados, existe hoje, precisamente cerca de 441 documentos referentes à administração da Santa Casa.

Estamos, apenas, no início de nossas ações em prol de uma melhor preservação desta massa documental, para que, futuramente, possa ser considerado um acervo e disponibilizado de uma forma mais eficiente e cuidadosa para o público em geral, visto que,

dá forma como se encontram, os documentos correm risco de desaparecerem e, ao mesmo tempo, podem transmitir uma série de doenças para os usuários, que hoje em dia têm livre acesso a toda essa documentação, que pertence à história e a memória da Paraíba.

A preservação desses documentos reflete a conservação da memória de toda uma sociedade vinculada a instituições religiosas que administravam indiretamente a vida pública. Em um primeiro momento deste estudo, iremos destacar as atividades dessa instituição, tão cara à sociedade imperial paraibana do século XIX, bem como alguns dos personagens deste jogo político-administrativo, que permeava as atividades da Igreja. A princípio, embasamo-nos no texto de Russell-Wood (1981)— **Fidalgos e Filantropos**. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755 —, e no texto de Seixas, (1987)— **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 Anos**. Tais textos descrevem as atividades desempenhadas pelas Santas Casas, em geral, que procuravam seguir seu modelo português oferecendo, acolhimento aos órfãos, espaço para os enterramentos dos irmãos e sua atuação como hospital.

Esta instituição desempenhou um papel fundamental na organização da colônia portuguesa e no desenvolvimento do Brasil, sendo um componente importante da administração pública. Apesar de funcionar através da colaboração de seus irmãos, esta confraria recebia divisas diretas do governo português e posteriormente do império brasileiro, já que atuava como órgão fornecedor de serviços à população mais carente. Destacamos, evidentemente, que entre seus serviços, o auxílio espiritual não deve ser considerado como algo secundário. Iremos perceber o quão importante se configurava o auxílio religioso da Santa Casa para seus integrantes.

Sua função de guardiã dos corpos e iluminadora das almas do purgatório era de tanto destaque que se refletiu na transição dos enterramentos dos solos consagrados para os cemitérios. A administração pública e a Santa Casa estavam tão interligadas, que a irmandade da Misericórdia foi, na Paraíba, uma das instituições que menos retalhou o governo, no momento em que os cemitérios foram afastados da Igreja e colocados em

terrenos à parte. As discussões da Assembléia Legislativa apenas permeavam as discussões da mesa regedora desta irmandade, chegando, mesmo, a ser exemplo para as demais irmandades que relutavam em afastar seus mortos do solo sagrado.

Mas, não estamos afirmando que para esta confraria os enterramentos e a morte seriam algo pragmático, pois para estas instituições como demonstram seus rituais, esta relação com a morte ia bem mais além. Como destaca o autor Reis (1998), em seu livro, **A morte é uma festa**, a preocupação com uma boa morte foi uma constante na sociedade brasileira do século XIX, pois muito se discutia e se pensava sobre os destinos da alma após a morte. Nesse sentido, a morte não era vista como um fim, mas sim o início de uma longa viagem para a vida eterna, que poderia ter destinos diversos: o purgatório, o céu ou o inferno.

A morte é uma “festa”, um intenso processo de manifestação social, um rito elaborado, onde a alma é preparada para sua viagem. A irmandade era, também, uma das formas de se garantir ações que favoreceriam a alma, na hora do julgamento final, pois pertencer a uma confraria era sinônimo de que se teria a garantia de um velório, cortejo, e, principalmente, um sepultamento. Além de todo este processo, o irmão tinha ainda a confiança de que seus confrades iriam rezar por sua alma, o que era vital para a invocação dos santos na tentativa de resgatar as almas perdidas do purgatório.

Esta perspectiva diante das obrigações perante a morte irá sofrer alterações ao longo do século XIX, mas a princípio era uma obrigação estabelecida nos primórdios das Casas de Misericórdia européias. Como demonstra esta passagem do texto de Russell-Wood (1981):

Os estatutos da Misericórdia estipulavam que cada irmão deveria ser acompanhado à sepultura por um cortejo cerimonial da irmandade. Além dessas obrigações estatutárias, a Misericórdia administrava diversos serviços funerários, tanto contra pagamento quanto por caridade. Nesses serviços, a Misericórdia continuava uma tradição de funerais cooperativos existentes nas irmandades da Europa ocidental desde o início do Império Romano. O legado dessa tradição fora preservado nos estatutos das irmandades medievais e no Compromisso da Misericórdia de Lisboa. (p.153)

A Santa Casa permaneceu como guardiã das “boas almas” durante vários anos, e continuou quando fundou e administrou o cemitério de maior destaque em nossa sociedade, “O Senhor da Boa Sentença”. Onde figuras de grande atuação no cenário político imperial e republicano encontram-se enterrados. Aliás, a correlação entre os provedores da Santa Casa e os nomes de atuação política na Paraíba foi outro fator destacado na documentação desta confraria. Evidentemente que se trata de um tema que requer maior análise, mas já identificamos alguns dos personagens presentes na política da colônia e do império brasileiro, que passaram pelo cargo da provedoria e que ao mesmo tempo, atuaram na administração pública local.

Augusto Xavier de Carvalho, Francisco Xavier Monteiro da Franca e Francisco Xavier de Melo Osório, pessoas relevantes na história da administração pública paraibana e com sobrenomes de destaque, como no caso do Sr. Monteiro da Franca, para a história política da Paraíba, líder da revolução de 1817. Estes formariam o grupo que denominamos como Provedores do Império Português. *João Alves Sanches Massa, Antônio Miranda Silva Coelho e o Cap. João Antonio Alves*, formariam o grupo que denominamos como Provedores do breve, mas denso Primeiro Reinado. Em seguida estão presentes os provedores que selecionamos, dentro do período da regência, *Joaquim Batista Avondano, Pe. José da Costa Cirne, João José Inocêncio Poggi*. Concluindo, os três que escolhemos dentre os muitos nomes de destaque, do período coincidente com o segundo reinado, *Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, Felizardo Toscano de Brito e Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha*.

A princípio, podemos destacar a trajetória de *Augusto Xavier de Carvalho* que foi provedor da Santa Casa no ano de 1810 e substituiu Amaro Gomes Coutinho nessa mesma provedoria, no ano de 1817, após os desfechos da Revolução. Augusto Xavier de Carvalho era português e atuava na administração da Província da Paraíba. Durante o desfecho da Revolução de 1817, convenceu seu filho, José Peregrino de Carvalho - um dos líderes que

retornara do Rio Grande do Norte para socorrer a Revolução na Paraíba, mas ao chegar, percebeu que seus companheiros já haviam abandonado a causa, uns haviam fugido, outros tinham sido presos - a se entregar ao governo do regente D. João VI, que, por sua vez, foi implacável, condenando-o pelo crime de *lesa majestade*, pelo qual a pena foi a morte e esquartejamento, com exposição das partes do corpo em regiões estratégicas, como uma demonstração de força e de exemplo, para que as pessoas não repetissem as atitudes dos revolucionários. Após esta situação constrangedora entre Augusto Xavier e o reino, as coisas melhoraram. Ele assumiu posições na administração da província, foi eleito como representante da Junta Governativa com 67 votos, sendo nomeado secretário da segunda junta em 3 de fevereiro de 1822. No ano seguinte, foi representante da Paraíba na Assembléia Constituinte de 1823 (apesar de não ter tido uma atuação efetiva, com grandes pronunciamentos, compôs o quadro e representou os interesses dos bons cidadãos paraibanos). É, portanto, personagem importante da história política da paraibana, e que teve em sua trajetória, tanto profissional quanto pessoal, vinculada a Santa Casa da Misericórdia.

Dessa forma, as atitudes e atividades desempenhadas pela elite paraibana, no comando da Santa Casa, configuravam-se socialmente como obras de caridade e questões práticas da vida cotidiana, mas faziam parte do jogo de relações políticas da província. Ser o provedor da Santa Casa da Misericórdia na Paraíba, durante alguns séculos, era sinônimo de poder e prestígio na sociedade, além de garantir uma boa trajetória a sua alma no além. O que percebemos é que ainda há muito que se pesquisar sobre esta instituição na Paraíba, nossos historiadores não voltaram seus olhos para este importante local de sociabilização durante a colônia, o império e a república, ou seja, todo o seu percurso histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**I SEMINÁRIO NACIONAL FONTES
DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES
DE 01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009**

ISSN 2176-4514

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1775**. Trad. De Sérgio Duarte. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa da Misericórdia da Paraíba 385 Anos**. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1987.